

Falência e Recuperação de Empresas

A Falência e a Recuperação Judicial é um microsistema de alta complexidade, com papel de extrema relevância social, já que a insolvência empresarial produz efeitos para o empresário devedor e para as partes interessadas que possuem relações contratuais decorrentes da atividade econômica. O curso de Pós-graduação em Falência e Recuperação de Empresas da PUCPR é pautado pela visão abrangente do Direito Empresarial.

Por que fazer a pós de Falência e Recuperação de Empresas na PUCPR?

Com reflexões sobre teorias e práticas contemporâneas, os discentes terão aulas ministradas por professores que são referência no mercado profissional e acadêmico. Os alunos do curso receberão conhecimento prático, atual e aprofundado, que vão colaborar para a tomada de decisão na rotina do profissional da área de insolvência. Focado na aplicação da Lei 11.101/2005 e suas reformas, esse curso de pós-graduação é uma necessária forma de atualização na matéria e vai abranger todas as áreas da insolvência, abordando temas como: recuperação judicial; falência; gestão empresarial; administração judicial; direito comparado; atuação prática para advogados de credores e devedores; tributos nos processos de insolvência; consultoria financeira; negociação; contabilidade; entre outros. O curso de Pós-graduação em Falência e Recuperação de Empresas é composto por 2 módulos contendo 15 disciplinas obrigatórias.

As aulas serão ministradas de forma Online Ao Vivo às terças e quintas. Haverá, também, palestras com professores estrangeiros (em inglês, com tradução simultânea para o português). Ao final dos semestres, ocorrerão Painéis de Debates pelo sistema híbrido (online e presencial no campus da PUCPR), em finais de semana (sexta e sábado), que darão oportunidade aos estudantes de se conhecerem pessoalmente, interagirem e formarem uma boa rede de contatos com seus colegas e professores.

A apresentação de TCC é optativa e cobrada a parte. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa. Além disso, todo ano é realizada uma chamada de artigos para ex-alunos, estudantes e professores do curso, que poderão, se quiserem, remeter artigos sobre o tema de insolvência. Os artigos selecionados pelos coordenadores farão parte de um livro de artigos publicado pela Editora Juruá.

É com grande entusiasmo que os Coordenadores do Curso de Pós-graduação de Falência e Recuperação de Empresas da PUCPR vêm convidá-los a participar desta experiência educacional única e enriquecedora. O curso foi cuidadosamente elaborado para oferecer uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados por empresas em situações de crise financeira, explorando diversas estratégias e modalidades de atuação. Os participantes terão a oportunidade de adquirir conhecimentos práticos e teóricos, fornecendo uma base sólida para enfrentar os complexos cenários empresariais contemporâneos.

Também nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida que venham a ter a respeito dessa pós-graduação.

Alexandre Nasser de Melo

Eduardo Oliveira Agostinho

João de Oliveira Rodrigues Filho

Coordenadores Público-Alvo Advogados(as) e demais profissionais das áreas jurídica, recém-egressos ou já atuantes.

Profissionais atuantes em mercados de "turn around management" que desejam aprofundar o domínio dos aspectos jurídicos de direito processual e material do regime jurídico de insolvência empresarial ou que desejam uma atualização a respeito das novas regras trazidas pela reforma à Lei 11.101/2005, que foi aprovada em dezembro de 2020.

Campus:

Curitiba

Periodicidade:

Semanal

Modalidade:

EAD

Mensalidade:

R\$ 581.90

Formato:

Aula Online ao Vivo

Inscricao:

[Clique aqui](#)

Duracao:

9 meses

Disciplinas

Introdução ao Direito Falimentar e Recuperacional e Direito Comparado

Histórico; Evolução Legislativa; princípios e objetivos da lei; juízo universal; procedimento de insolvência americano; procedimento de insolvência da união europeia

Recuperação Judicial: fase deliberativa I

Suspensão das execuções (stay period); habilitações, divergências e impugnações; Meios de Recuperação; Plano de Recuperação Judicial e objeções; Exame de Legalidade

Recuperação Judicial: fase deliberativa II

Assembleia Geral de Credores e possibilidades de aprovação do plano; Quadro Geral de Credores; Oneração de bens e UPs; Certidões Negativas, concessão e fiscalização; hipóteses de afastamento dos administradores; convalidação; encerramento e recursos

Recuperação Judicial de ME/EPP e Recuperação Extrajudicial

Recuperação Judicial de microempresa e recuperação extrajudicial

Painel de debates-Evolução jurisprudencial e temas controversos da Recuperação Judicial e Ext.

Painel de debates sobre aspectos controversos no âmbito da recuperação judicial e extrajudicial

Mediação e Conciliação

Métodos de mediação em situações de insolvência

Procedimentos iniciais e incidentais da falência

Processo de falência; meios de defesa e depósito elisivo; auto-falência; decretação e efeitos; obrigações de devedor; Hipóteses de insuficiência de ativos para arcar com as despesas da massa; extensão dos efeitos da falência, desconsideração da personalidade jurídica.

Procedimento falimentar

Arrecadação; Avaliação e administração dos bens e ativos; Contratos da massa falida; habilitações, divergências e impugnações (módulo específico); Direito de retenção e retirada; despesas da massa falida; credores extraconcursais; credores concursais e ordem de pagamento; Assembleia Geral de Credores; Alienação de ativos; Declaração de ineficácia e revogação; recomeço do empresário falido (fresh start); encerramento e recursos; crimes falimentares

Aspectos tributários dos processos de falência e recuperação judicial

1. Efeitos tributários da recuperação judicial e da falência do devedor
2. A lei (Lei nº 11.101/2005) e o Código Tributário Nacional (CTN)
3. As novas regras tributárias para recuperações judiciais e falências (Lei nº 14.112 de 24/12/2020)
4. Benefícios tributários (parcelamentos de débitos e outras medidas)
5. Preferência e privilégios dos créditos tributários na recuperação e falência
6. Tributação da empresa em recuperação e da massa falida
7. Regras de transição entre modelos (antigo e novo)

Administração Judicial e Gestão Judicial

Visão geral sobre os trabalhos de AJ e Gestor; Obrigações do AJ; Quadro geral de Credores; Relatórios conforme a nova Lei; Boas práticas da administração judicial e honorários

Consultoria financeira, negociação e turnaround

Planos de Recuperação Judicial e seus meios de recuperação sob uma perspectiva econômico-financeira; Noções de contabilidade e de finanças aplicáveis ao Plano de Recuperação Judicial e ao Relatório Mensal de Atividades da Recuperanda

Contabilidade para advogados

Noções de contabilidade para advogados.

Prática, precedentes e Casos na perspectiva do Credor e Devedor

Aprofundar os conhecimentos já adquirido em disciplinas obrigatórias com relação aos tratamentos jurídicos do credor e do devedor, com enfoque aos instrumentos processuais e de direito material previstos no regime jurídico de insolvência.

Aspectos materiais e procedimentais da Lei 7.661/45, do direito penal e da insolvência transnacional

Falência conforme o Decreto-Lei; Procedimento geral; Principais diferenças; Novas normas aplicáveis conforme a reforma; Regras transitórias; Encerramento

Recuperação Judicial: fase postulatória

Determinação de venda de ativos em 180 dias; Maior proteção aos adquirentes dos bens alienados na falência ou na RJ; Possibilidade de apresentação de plano de recuperação pelos credores; Possibilidade de Recuperação Judicial conjunta de Grupos Econômicos (consolidação processual e substancial); Previsão de concessão de crédito novo às empresas em crise (DIP Financing); Definição de prazo limite para suspensão das execuções (stay period); Previsão de mediação em casos recuperacionais; Possibilidade de falências e recuperações transnacionais; Definição de benefícios fiscais (parcelamento e descontos) para empresas em crise; Definição de parâmetros para cessões de créditos; Modernização da recuperação extrajudicial; Mecanismos de recomeço rápido para empresários falidos (fresh start); Definição de parâmetros para concessão de RJ de produtor rural; Previsão de tutela provisória que antecipa os efeitos da recuperação judicial; Reconhecimento da teoria da essencialidade de bens na recuperação judicial; Previsão da constatação prévia; Possibilidade de AGC virtual; Disposições transitórias.

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.